



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PAUTA DA 58^a REUNIÃO

(1^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**09/12/2015
QUARTA-FEIRA
às 09 horas**

Presidente: Senador Otto Alencar

Vice-Presidente: Senador Ataídes Oliveira



Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

**58^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55^a LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 09/12/2015.**

58^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quarta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Discutir a situação geral de todas as barragens de rejeitos de mineração no país e o andamento dos programas de fiscalização e acompanhamento de riscos e danos relacionados a essas estruturas.	7

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE -

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar
 VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira
 (17 titulares e 17 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Donizeti Nogueira(PT)	TO (61) 3303-2464
Reguffe(PDT)	DF (61) 3303-6355 a 6361 e 6363
Paulo Rocha(PT)	PA (61) 3303-3800
Ivo Cassol(PP)	RO (61) 3303.6328 / 6329
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp(PMDB)	RO (61) 3303- 2252/2253
Jader Barbalho(PMDB)(17)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832
Otto Alencar(PSD)	BA (61) 3303-1464 e 1467
VAGO	VAGO
VAGO	4 Sandra Braga(PMDB)(14) 5 VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Ataídes Oliveira(PSDB)	TO (61) 3303- 2163/2164
Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303- 9011/3303-9014
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Douglas Cintra(PTB)	PE (61) 3303- 6130/6124
(1) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR). (2) Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD). (3) Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD). (4) Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM). (5) Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG). (6) Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB). (7) Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB). (8) Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP). (9) Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA). (10) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG). (11) Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP). (12) Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR). (13) Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG). (14) Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB). (15) Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG). (16) Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB). (17) Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB). (18) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015. (19) Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).	

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 9:30 HORAS
SECRETÁRIO(A): RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3519
FAX: 3303-1060

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cma@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 9 de dezembro de 2015
(quarta-feira)
às 09h**

PAUTA
58ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

	Audiência Pública
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

-Alteração de convidados.

Audiência Pública

Assunto / Finalidade:

Discutir a situação geral de todas as barragens de rejeitos de mineração no país e o andamento dos programas de fiscalização e acompanhamento de riscos e danos relacionados a essas estruturas.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RMA 107/2015](#), Senador Ataídes Oliveira

Convidados:

Telton Elber Corrêa

- Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

Carlos Motta Nunes

- Superintendente Adjunto de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas - ANA

1

REQUERIMENTO N° DE 2015 - CMA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação geral de todas as barragens de rejeitos de mineração no país e o andamento dos programas de fiscalização e acompanhamento de riscos e danos relacionados a essas estruturas.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1 – Celso Luiz Garcia, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

2- Vicente Andreu Guillo, diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

3 – Alessandra Cardoso, assessora de planejamento, monitoramento e avaliação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

4 - Alessandra Magrini, professora de planejamento energético e ambiental da Coppe-UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e especialista em cálculo de prejuízos em desastres ambientais.



JUSTIFICAÇÃO

O rompimento das barragens de Fundão e Santarém, em Mariana (MG), no último dia 5 de novembro, foi o maior desastre ambiental da história do Brasil. A lama que vazou das barragens, com mais de 60 bilhões de litros e rejeitos de mineração de ferro, avançou ao longo de mais de 500 km na bacia do rio Doce. Além da dimensão humana e social do desastre, é preciso considerar o impacto irreversível em termos de perda de biodiversidade, assoreamento e falência do rio e riachos. Segundo especialistas, a área afetada deve virar um deserto de lama e a reconstituição do solo pode demorar até centenas de anos.

Mais grave ainda é a possibilidade real de que aconteçam novos desastres semelhantes país afora, diante da precariedade na fiscalização e nos programas de riscos e danos de barragens no Brasil. O “Relatório de Segurança de Barragens”, da Agência Nacional de Águas (ANA), com dados coletados entre outubro de 2013 e 2014, mostra a existência de 14.966 barragens, entre reservatórios usados para abastecimento humano, geração de energia e armazenamento de rejeitos industriais e minerais. Desse total, apenas 432 passaram por alguma vistoria no ano passada. Pior: somente 165 dessas barragens (15%) têm um Plano de Ação de Emergência. A falta de informações técnicas é assustadora. De acordo com o documento da ANA, apenas 11% das barragens cadastradas têm classificação quanto ao dano potencial associado.

Nossa proposta é que a discussão se atenha, pelo menos nesse primeiro momento, à situação das 663 barragens de rejeitos de mineração existentes no Brasil, todas consideradas, a princípio, alvo de classificação de risco e dano potencial. Vale observar que as duas barragens de Samarco eram tidas como de baixo risco – existem pelo menos 43 já enquadradas como de alto risco e outras 96 de médio risco, segundo informações do DNPM.



A Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa já aprovou requerimento para investigar as causas do desastre de Mariana, mas nossa intenção, com o presente requerimento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, é ampliar o leque da discussão, para prevenir a ocorrência de novos desastres em barragens de rejeitos de mineração.

Cabe ao DNPM, responsável pela execução do monitoramento de barragens, prestar satisfações sobre as falhas inaceitáveis na fiscalização. Notícias divulgadas pela grande imprensa dão conta de que o órgão enfrenta graves dificuldades estruturais e tem hoje apenas 12 técnicos treinados para fiscalizar 663 barragens. De janeiro a outubro deste ano, foram pagos somente 13,2% do valor previsto pela Lei Orçamentária em 2015 para o programa de fiscalização das atividades mineratórias, o que permitiu a realização de apenas 61 vistorias.

Assessoria do Inesc levantou, ainda, a questão do recolhimento do royalty da mineração, a Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM), que poderia ser revertido, em parte, para a fiscalização. Segundo auditoria do Tribunal de Contas da União, apenas uma de cada quatro áreas onde há extração de minério no país paga o CFEM, dividido entre União, Estados e municípios.

Diante de todos esses motivos é que peço a meus pares a aprovação do referido requerimento de audiência pública.

**Senador Ataídes Oliveira
(PSDB - TO)
Vice-Presidente da CMA**